

## **O IMPACTO DAS DIRETRIZES CURRICULARES PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA PRÁTICA DE DOCENTES QUE ATUAM EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS.**

EDALMA FERREIRA PAES (INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE), SHEILA GOMES RANGEL (INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE), SORAYA CASTRO DE LIMA (INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE).

### **Resumo**

Esta proposta de trabalho apresenta resultados de pesquisa de campo desenvolvida no contexto de instituições escolares localizadas em comunidades remanescentes de quilombos, nos municípios de Campos dos Goytacazes (Conceição do Imbé, Aleluia, Cambucá, Batatal) e Quissamã (Machadinho), na região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Paralelamente foram entrevistados representantes das Secretarias de Educação dos respectivos municípios com o objetivo de compreender as possíveis mudanças ocorridas nas práticas destes docentes, após a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e da lei 10.639/03, que tornam obrigatório a inclusão da temática "História e cultura Afro-Brasileira" em toda rede de ensino. A metodologia adotada foi a de levantamento de dados através de questionários e entrevistas não estruturadas, realizadas com professores e representantes das Secretarias de Educação dos municípios citados. A análise dos dados aponta para o desconhecimento por parte dos docentes das exigências legais sobre a questão afrodescendente, mesmo tendo a maioria concluído seu curso de formação após 2005. Também os referidos sistemas de ensino ainda não desenvolvem ações pedagógicas com o propósito de educar para as relações étnico-raciais. Considerando que o diferencial marcante destas comunidades é a luta pelo reconhecimento e valorização do seu processo histórico, a ausência de uma prática docente alicerçada nesta cultura aponta para o real significado que a educação vem dando a valorização das matrizes da formação do povo brasileiro.

### **Palavras-chave:**

Afrodescendência, Saberes Docentes, Prática Pedagógica.

O texto discute dados extraídos do projeto de pesquisa Construção da Identidade Docente que pautou-se, primordialmente, na investigação da construção da identidade de docentes que atuam em comunidades remanescentes de quilombos, embasados nas legislações em vigor quanto à Educação das Relações Étnico-Raciais.

A resignificação de valores e conceitos que se impõe à escola e aos professores no período atual, configurado por intensas e aceleradas mudanças estruturais da sociedade, incluindo todos os aspectos que a abrange, foram premissas que nortearam uma reflexão acerca da consciência da categoria profissional docente, como este avalia a importância do seu trabalho e como os marcos legais são desdobrados na sua prática.

Nesse sentido, analisar a identidade construída pelo professor no século XXI, sobretudo, no que se refere às diferenças étnico-raciais, assim como ao trato dessa questão no tocante a sua importância na formação cultural brasileira e as possíveis mudanças ocorridas nas suas práticas após a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e da Lei 10.639/03, consistiu no interesse central dessa pesquisa.

A questão da identidade ganha uma nova configuração na contemporaneidade, dado as transformações resultantes da globalização. Atualmente, verifica-se uma "crise de identidade" que segundo Stuart Hall (2005), é consequência de um processo maior que atinge todas as estruturas e processos centrais das sociedades modernas no final do século XX. Para este autor, o sujeito pós-moderno está se tornando fragmentado e composto de várias identidades, por vezes, contraditórias ou não resolvidas. Nesta concepção, "o sujeito assume identidades diferentes, em diferentes momentos".

Desse Modo, a identidade caracteriza-se por uma fugacidade crescente, que Bauman (2005) chama de "modernidade líquida". Este termo retrata a fluidez com que ocorrem os eventos no mundo moderno bem como, as relações de toda natureza, causando uma instabilidade à identidade, além do agravante que se estabelece através da transitoriedade e o abandono de valores sociais.

É notória, a sobrecarga que se impõe ao professor no contexto da reconfiguração necessária ao exercício de sua profissão, tendo em vista o papel que este deve desempenhar na adequação às mudanças estruturais vigentes na sociedade; e com relação a sua identidade enquanto profissional, como este se define em meio à multiplicidade e fluidez inerente ao período pós-moderno que se vive.

Com base no exposto, definir sua identidade torna-se imprescindível ao exercício pleno da docência, tanto no que diz respeito às exigências de reestruturação da educação, para que esta abarque as transformações que emergiram principalmente neste século, quanto ao seu papel de exercer na prática a inserção da história do afro-descendente no contexto escolar.

*Faz-se, assim, conveniente compreender como toda essa dinâmica nos atinge, bem como afeta quem são nossos/as alunos/as. Daí ser útil analisar, nesse conturbado panorama, que identidades ajudamos formar com nossas aulas e atividades. Em que se estão convertendo os/as alunos/as? De que modo os significados partilhados nas interações das salas de aula reforçam, desafiam ou desorganizam as identidades que estão construindo? Deveria/poderia ser diferente? Como? (MOREIRA, 2008: 40)*

Para tanto, foram entrevistados quinze professores de escolas localizadas em comunidades remanescentes de quilombos nos municípios de Campos dos Goytacazes e Quissamã, sendo todas estas escolas municipais, com ofertas dos níveis de escolaridade variando entre a educação infantil e o ensino fundamental.

A cultura afro-descendente, notoriamente, sempre foi alvo de discriminação que configura o Brasil ao longo de sua História, um país excludente, sobretudo no que se refere ao aspecto legal, o que sempre contribuiu para tolher os direitos da população negra no âmbito da educação e demais aspectos da esfera social.

Frente a essa problemática, ações de reparo ao descaso e discriminação dispensada ao povo afro-descendente, vem sendo implementadas pelo Ministério da Educação respaldadas nas políticas afirmativas do governo federal. O intuito não é apenas se retratar das injustiças cometidas, mas, sobretudo, promover a

inclusão, criando uma sociedade democrática de modo a garantir que se cumpram os direitos do cidadão independente da sua etnia.

A questão racial ganhou mais respaldo com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A Lei 10.639/03 torna obrigatório o ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Esta Lei surge da redefinição que atribui ao Estado seu verdadeiro papel, que consiste em intervir na sociedade de maneira a propiciar as transformações sociais necessárias como, equiparar as condições de vida e oportunidades entre brancos e negros, bem como, o comprometimento na eliminação de injustiças recorrentes para com os negros no meio social.

*Em uma sociedade multirracial e pluricultural, como é o caso do Brasil, não podemos mais continuar pensando a cidadania e a democracia sem considerar a diversidade e o tratamento desigual historicamente imposto aos diferentes grupos sociais e étnico-raciais. (GOMES, 2008: 70)*

Nesta perspectiva, a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana representa um nível de exigência mais avançado e complexo para a prática docente, sobretudo para ação pedagógica dos que atuam em escolas remanescente de quilombos.

*A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto ao seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos - capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, ter igualmente respeitados seus direitos, valorizada sua identidade e assim participem da consolidação da democracia brasileira. O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais, tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas. (Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004: art. 3º §1º, §2º).*

Tratando mais especificamente aqui dos docentes atuantes em escolas de remanescentes de quilombolas, pôde-se observar que as Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-Raciais trazem um instigante conflito para os docentes em questão, não por a acharem desnecessária, irrelevante ou impossível de serem aplicadas, ao contrário, quando confrontados os marcos legais sobre para se "combater o racismo e promover a igualdade de oportunidades entre os diferentes grupos étnicos que compõe a nação brasileira" (*ibidem*), todos

responderam ser esta uma medida necessária; no entanto, revelou-se no desenrolar da pesquisa um desconhecimento por parte desses docentes destas medidas e um acentuado despreparo para as colocarem em exercício efetivo.

O que se quer, de fato, explicitar é que nos cursos de formação de professores há uma desconsideração quanto às exigências legais sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais, pois apesar de os professores investigados serem graduados e terem concluído seu último curso a partir de 2005 (dois mil e cinco), o que seria um indicador de que estes teriam conhecimento destes aportes legais, estes revelaram total desconhecimento.

A pesquisa revelou também que os órgãos oficiais de educação não oferecem suporte para o trato destas questões, mesmo sendo princípios básicos alicerçados na lei.

*Os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras incentivarão e criarão condições materiais e financeiras, assim como proverão as escolas, seus professores e alunos de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários para a educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; as coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares. (Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004: art. 6°).*

Um aspecto a ser destacado neste contexto foi o pouco conhecimento que os professores possuem acerca da história do quilombo onde atuam, bem como da história das instituições escolares destas comunidades. Os dados levantados na pesquisa mostraram que a relação existente entre estas escolas e a comunidade se limita a questões pedagógicas. As histórias destes quilombos se restringem a relatos orais de remanescentes quilombolas que não estão necessariamente ligados a estas instituições de ensino.

Assim sendo, os professores de comunidades quilombolas vivem um verdadeiro conflito pessoal e profissional, pois mesmo desconhecendo o teor dos aportes legais, eles consideram de fundamental importância a valorização ou resgate da cultura negra no Brasil mas não se encontram profissionalmente preparados e nem dispõem, também de recursos materiais e físicos para a realização de um trabalho que combata a discriminação e o racismo. As práticas docentes encontradas acabam, na verdade, aumentando a desigualdade, injustiças e discriminações com a população negra brasileira, se consideramos a desvalorização destes discentes no que diz respeito as suas origens. Neste contexto o professor de comunidade remanescente de quilombos se vê consideravelmente frustrado entre tantas identidades assumidas.

*A escola brasileira, pública e particular, está desafiada a realizar uma revisão de posturas, valores, conhecimentos, currículos na perspectiva da diversidade étnico-racial. Nos dias atuais, a superação da situação de subalternização dos saberes produzidos pela comunidade negra, a presença dos estereótipos raciais nos manuais didáticos, a estigmatização do negro, os apelidos pejorativos e a versão pedagógica do mito da democracia racial (igualdade que apaga as diferenças) precisam e devem ser superados no ambiente escolar não somente devido ao fato de serem parte do compromisso social e pedagógico da escola no combate ao*

*racismo e à discriminação racial, mas, também por força da lei. (GOMES, 2007:104)*

Tais contradições remetem a realidade do quanto está comprometida a identidade docente num contexto pós-moderno configurado por uma "crise de identidade" que segundo Hall (2005), fragmenta o indivíduo, o compondo de várias identidades.

Nesse caminho trilhado na contramão, as Diretrizes para a Educação das relações étnico-raciais não vem causando nenhum impacto nas práticas docentes. Essas são questões que precisam direcionar as reflexões sobre a educação no século XXI.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza D. Afonso. *Etnografia da prática escolar*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. *Modernidade líquida*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Brasília, 2004.

ENRICONE, Délcia (org). *Ser Professor*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

ESTEVE, José M. *O mal estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores*. Tradução Durley de Carvalho cavicchia. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

FERREIRA, Lúcia M. A.; ORRICO, Evelyn G. D. (Org). *Linguagem, Identidade e Memória Social: Novas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP&A/ Uni-Rio/ Faperj, 2002.

GOMES, N. L. A questão Racial na Escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, A.F; CANDAU,V.M.(Orgs.) *Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOMES, N. L.(Org.) *Um Olhar Além das Fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e Gestão da escola: Teoria e prática*. Goiânia: Ed. Alternativa, 2004.

MOREIRA, A. F. Reflexões sobre Currículo e Identidade: Implicações para a Prática Pedagógica. In: MOREIRA, A.F; CANDAU,V.M.(orgs.) Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOURA, Clóvis. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Ática, 1987.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *O Conceito de quilombo e a resistência cultural afro-brasileira*. In: *Sankofa: resgate da cultura afro-brasileira*, v. 1. Rio de Janeiro: Secretaria Extraordinária de Defesa das populações afro-brasileiras (SEAFRO), Governo do Estado, 1994.

SAVIANI, Dermeval. *Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro*. Trabalho preparado por solicitação do GT-15: Educação Especial, para ser apresentado na 31ª reunião anual da ANPED, em 20 de outubro de 2008.